



TRE - BA	248.277.857	46.444.486	294.722.343
TRE - CE	174.575.879	47.121.145	221.697.024
TRE - DF	73.143.096	17.752.760	90.895.856
TRE - ES	89.186.331	21.040.217	110.226.548
TRE - GO	145.505.612	28.334.076	173.839.688
TRE - MA	131.975.804	31.353.356	163.329.160
TRE - MT	86.698.159	24.571.579	111.269.738
TRE - MS	80.688.433	22.173.140	102.861.573
TRE - MG	460.702.789	59.380.616	520.083.405
TRE - PA	133.100.692	32.715.733	165.816.425
TRE - PB	110.707.976	19.842.639	130.550.615
TRE - PR	232.334.955	40.347.913	272.682.868
TRE - PE	204.116.630	34.349.552	238.466.182
TRE - PI	121.222.260	29.065.757	150.288.017
TRE - RJ	412.706.011	50.865.285	463.571.296
TRE - RN	106.557.590	21.722.880	128.280.470
TRE - RS	230.734.647	74.998.422	305.733.069
TRE - RO	57.320.364	15.314.680	72.635.044
TRE - SC	146.197.110	27.616.825	173.813.935
TRE - SP	570.618.274	78.356.649	648.974.923
TRE - SE	68.351.359	12.372.326	80.723.685
TRE - TO	60.549.730	20.341.730	80.891.460
TRE - RR	35.529.392	8.938.260	44.467.652
TRE - AP	32.447.837	12.785.067	45.232.904
SUBTOTAL	4.807.479.692	1.241.175.471	6.048.655.163
FUNDO PARTIDÁRIO	888.735.090	-	888.735.090
TOTAL	5.696.214.782	1.241.175.471	6.937.390.253

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 24, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a publicação do cronograma anual de desembolso mensal do Superior Tribunal de Justiça.

O VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício da Presidência, usando de suas atribuições legais e tendo em vista as descentralizações automáticas da SOF/MP de precatórios e requisições de pequeno valor, bem como o que determinam o art. 8º da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e o art. 55 da Lei n. 13.473, de 8 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Aprova, na forma do anexo, com base na dotação orçamentária autorizada ao Superior Tribunal de Justiça pela Lei n. 13.587, de 02 de janeiro de 2018, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal relativo ao exercício financeiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. HUMBERTO MARTINS

ANEXO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL
ÓRGÃO: 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RS 1,00

ATÉ O MÊS	CATEGORIA A		Outras Despesas Correntes e de Capital	CATEGORIAS C e D	
	Pessoal e Encargos sociais	Cumprimento de Sentença Judicial Devida pela União, Autarquias e Fundações (Art. 100, CF) - Precatório e RPV		Cumprimento de Sentença Judicial Devida pela União, Autarquias e Fundações (Art. 100, CF) - Precatório e RPV	Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais
JANEIRO	131.439.932,00	113.237.103,00	33.140.579,00	4.048.884,00	3.737,00
FEVEREIRO	219.066.553,00	113.237.103,00	66.281.158,00	4.048.884,00	7.474,00
MARCO	306.693.174,00	113.237.103,00	99.421.737,00	4.048.884,00	11.211,00
ABRIL	394.319.795,00	113.237.103,00	132.562.316,00	4.048.884,00	14.948,00
MAIO	481.946.416,00	113.237.103,00	165.702.895,00	4.048.884,00	18.685,00
JUNHO	569.573.037,00	113.237.103,00	198.843.474,00	4.048.884,00	22.422,00
JULHO	657.199.658,00	113.237.103,00	231.984.053,00	4.048.884,00	26.159,00
AGOSTO	744.826.279,00	113.237.103,00	265.124.632,00	4.048.884,00	29.896,00
SETEMBRO	832.452.900,00	113.237.103,00	298.265.211,00	4.048.884,00	33.633,00
OUTUBRO	920.079.521,00	113.237.103,00	331.405.790,00	4.048.884,00	37.370,00
NOVEMBRO	1.051.519.453,00	113.237.103,00	364.546.369,00	4.048.884,00	41.107,00
DEZEMBRO	1.139.146.076,00	113.237.103,00	397.686.948,00	4.048.884,00	44.844,00

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

PORTARIA Nº 51, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõem o inciso III do art. 54 e o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e o decidido pelo E. Conselho de Administração deste Tribunal, em Sessão realizada em 26.09.2012, resolve:

Art. 1º APROVAR, "ad referendum" do Conselho de Administração, o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 5ª Região referente ao 3º quadrimestre de 2017, na forma do(s) anexo(s), a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado para acesso público na internet.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT